

César Maia *

O orçamento de 1990

01 OUT 1989

O governo federal, com inexplicável atraso, remete ao Congresso Nacional o orçamento de 1990. Até agora o que se conhece são os números gerais e que, menos de um mês depois, já foram alterados.

Um primeiro grande problema que temos em nosso país são as estatísticas, em grande medida pelos efeitos da inflação. Hoje, para minimizar os problemas, costuma-se apresentar os dados macroeconômicos como porcentagem do PIB, e avaliar-se volumes em função da quantificação do PIB em dólares. O surpreendente é que cada um tenha o seu PIB em dólares. O governo, por exemplo, prefere US\$ 400 bilhões. Outras fontes oficiais do próprio governo preferem US\$ 350 bilhões, o que inclusive tem maior consenso, e por isto o adotaremos.

Este ano, conforme preceitua a Constituição federal, o governo apresentará três orçamentos: o tradicional Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais. A apresentação sintética dos números, que estão expostos em valores de maio de 1989, exige uma primeira análise de coerência para avançarmos num ambiente de confiança. Para tanto adotaremos o câmbio de US\$ 1, por NCz\$ 1,2 e trabalharemos com um PIB de US\$ 350 bilhões.

Os últimos números do governo nos informam uma expectativa de receitas correntes de 9,6% do PIB, ou US\$ 33,67 bilhões. As receitas correntes próprias, portanto já retirando as transferências constitucionais compulsórias para estados e municípios, alcançariam apenas 6,3% do PIB. Embora estas incorporem algum exagero, a diferença não é sensível. Este valor deve ser destacado, porque é o único importante para avaliar a dimensão da dívida pública interna federal.

Se a receita é a fonte de pagamento da dívida, de nada adianta compará-la com o PIB e olhar para o índice de outros países. O relevante é a comparação com a receita, o que no caso nos daria mais de duas vezes para a dívida mobiliária em poder do público e 5 vezes se incluirmos a carregada pelo Banco Central. O valor das receitas com títulos, e seu serviço, apresentado no orçamento está muito além do razoável. São valores 44% superiores aos da dívida mobiliária registrada pelo Banco Central para maio de 1989. Isto se o governo estiver lançando no Orçamento Fiscal toda a dívida em títulos e supondo que será inteiramente rolada em 1990, o que, nos dois casos não faz sentido. Se não... muito pior. Os dois principais im-

postos, o IR e o IPI, surgem adicionados de 1,5% do PIB, talvez já levando em conta as alterações que o governo encaminhará ao Congresso, o que, de qualquer forma, não se realizará plenamente em 1990.

As despesas correntes, excluídos o serviço da dívida e os investimentos, somam US\$ 37 bilhões, ou 10,5% do PIB, apontando para um déficit primário de quase 1% do PIB, o pior resultado das últimas décadas. Isto que as despesas de pessoal de 3,5% do PIB parecem subestimadas, principalmente se comparadas com os últimos três anos.

Por seu turno, o Orçamento da Seguridade Social sugere uma inchação que não acreditamos que as medidas constitucionais aplicadas e em aplicação, sejam suficientes para explicar. Tomando como base o relatório do IPEA acerca dos gastos sociais, e dentro dele os recursos do FPAS, chegare-

mos a valores pelo menos 50% inferiores. No Orçamento da Seguridade, informam-se valores de 11,4% do PIB, ou praticamente US\$ 40 bilhões, enquanto nos últimos anos os valores mal alcançaram 5% do PIB e, no melhor ano de uma série de 10 anos, se aproximaram de 7% do PIB. Em todos os casos são valores próximos a US\$ 15 bilhões. Nem os números mais pessimistas apresentados pelo governo durante a discussão do reajuste dos proventos e pensões chegaram a 70% do valor orçado.

Finalmente, o Orçamento de Investimentos das Estatais é o mais importante de todos por seu caráter político. Além de produzir maiores restrições ao futuro, o Congresso tem plena liberdade de alterá-lo, guardado o seu volume. Ele mal atinge a 3% do PIB, prevendo valores baixíssimos para, por exemplo, o setor energético. Os valores da

Eletrobrás e Petrobrás são eloquentes: 0,8% do PIB, cada. A expectativa de reajuste das tarifas também parece modesta, tendo em vista a defasagem dos últimos 15 anos. Em geral ficam à metade do caminho que deveriam percorrer. Como os dados foram tirados de um relatório ainda não oficial, confiamos que venha a tempo o bom senso, e os valores sejam sensivelmente reforçados. Assim, a próxima administração começaria a trabalhar com o devido oxigênio autorizativo, para evitar que delongas de tramitação impeçam decisões e ações estratégicas.

Como estamos apenas no início do processo, algumas destas preocupações expostas podem não se realizar, mas ser explicadas ou ajustadas. Discutir orçamentos é sempre peça central da prática democrática: a partir da transparência.

* Economista, deputado federal (PDT-RJ)

01 OUT 1989

